**MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E SINDICATO: ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO TRABALHO**

Juliana Alves Miranda Andrade

Universidade Estadual de Montes Claros

julianaamiranda@gmail.com

Viviane Bernadeth Gandra Brandão

Universidade Estadual de Montes Claros

viviane.brandao@unimontes.br

**Eixo: Políticas Públicas e Gestão da Educação**

**Resumo Expandido**

Este estudo buscou analisar o processo sócio-histórico dos movimentos sindicais na educação, bem como as condições de trabalho ao longo do processo de democratização do Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com caráter qualitativo, tendo como base os seguintes autores: Bichaco (2018); Freire (1996); Gohn (2011); Mota Júnior (2014) e Saviani (2009).Constatou-se, a importância do dinamismo histórico no Brasil dos movimentos sindicais na educação para o avanço e conquista dos direitos dos trabalhadores em Educação.

**Palavras-chave:**Movimentos sociais;educação;sindicato identidade de classe.

**Introdução**

Quando falamos em educação, as condições de trabalho que se fazem presentes nesse ambiente, além de ferir o trabalhador, fere também toda uma sociedade, que dela depende para o seu desenvolvimento cognitivo e social, daí a importância da sociedade compreender que as lutas diárias enfrentadas por um professor, reflete em todos os aspectos da sociedade. Os movimentos sociais e Sindicatos da Educação na sociedade atual é reflexo de um contexto sócio histórico, deste modo, este estudo busca responder o seguinte pressuposto: Quais são as influências sócio históricas dos movimentos sociais e sindicatos da Educação no Brasil? O objetivo da pesquisa é analisar sócio historicamente a relação movimentos sociais, educação e sindicato. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com caráter qualitativo, tendo como base os seguintes autores: Bichaco (2018); Freire (1996); Gohn (2011); Mota Júnior (2014) e Saviani (2009).

**Referencial teórico**

A reforma trabalhista - Lei n. 13.467/2017 - sancionada em julho de 2017 no Brasil, pôs fim a obrigatoriedade da contribuição sindical (Brasil, 2017), o que causou o enfraquecimento dos sindicatos em si e por consequência as lutas pelo direitos trabalhistas. Esse conjunto de ações que desestabilizaram os sindicatos, as leis trabalhistas e os postos de trabalho, podem provocar uma grave crise social no que diz respeito a segurança social, saúde e qualidade de vida do trabalhador, que precisa se submeter a condições precárias como forma de subsistência.O neoliberalismo exerce grande influência nas políticas econômicas e sociais em todo o mundo e de acordo com Bichaco (2020) ele teve uma grande ascensão à partir da década de 1970, onde vários países aderiram ao ideário neoliberal, dentre eles, os principais, Estados Unidos e a Inglaterra, ocasionando o desmonte das políticas de promoção do bem estar social, através da privatização das atividades estatais, a redução da regulação do estado sobre a economia, a flexibilização das relações de trabalho e abertura das economias nacionais ao capital internacional.

No contexto da educação, as condicionalidades impostas pelo capital estrangeiro, muitas vezes implicam na adoção de modelos e práticas alinhadas com a concepção educacional predominante nos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos. Isso pode incluir políticas de padronização curricular, ênfase em avaliações de desempenho padronizadas, promoção da privatização e da competição no setor educacional, entre outros aspectos (Ricci e Santiago, 2022).

Os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social, desenvolvem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede (Gonh, 2011).

Percebe-se a necessidade de se pensar em novas formas de organização para que possa atingir os objetivos fomentados em uma mobilização política, as greves, utilizadas inicialmente como melhor forma de pressão política, tem perdido a força de convencimento, é necessário inovar. O professor que tem a capacidade de se adequar diariamente as mais diversas realidades enfrentadas na escola, ainda não reconheceu a sua força de organização política. Este artigo buscou articular as análises dos autores mencionados para propor uma reflexão crítica sobre o papel dos movimentos sociais, educação e sindicatos na sociedade contemporânea. Observa-se um movimento de desvalorização e precarização do trabalho docente, intensificado por políticas neoliberais que visam a redução do papel do Estado na educação e a privatização de serviços públicos, daí a necessidade de pesquisas em políticas públicas que evidenciam a valorização docente e a cobrança por parte dos atores envolvidos no processo.

**Considerações finais**

O neoliberalismo, como ideologia econômica, influencia diretamente as políticas educacionais ao valorizar a eficiência e a produtividade do sistema educacional, tratando a educação mais como um serviço do que como um direito. Esse enfoque pode subordinar as necessidades educacionais locais às diretrizes impostas por agências internacionais, às vezes sem levar em conta a diversidade cultural, social e econômica do Brasil.

A articulação entre movimentos sociais, educação e sindicatos representa uma resposta coletiva aos retrocessos políticos e sociais observados no Brasil contemporâneo. É por meio da mobilização e da conscientização que podemos construir uma sociedade mais justa e democrática, onde a educação seja reconhecida como um direito fundamental e não como uma mercadoria.

**Referências**

BICHACO, Haroldo José. *O sindicalismo de classe média dos Profissionais de educação*: Um estudo da atuação da APP-Sindicato (2011-2018). 2020. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina. Londrina.

BRASIL. [Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.467-2017?OpenDocument). Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília: Diário Oficial da União, 14 set. 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia:* Saberes necessários à Prática Educativa*.* 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação*, Campinas, V. 16, n. 47, p.333-513, maio/ago. 2011.

MOTA JUNIOR, William Pessoa; MAUÉS, Olgaíses Cabral. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. *Educação & Realidade,* Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez. 2014.

RICCI, Elaine Cristina; SANTIAGO, Rosemary Aparecida. Notas históricas de contextualização: A influência dos organismos internacionais nas políticas Educacionais da descentralização do ensino nos Municípios. *Anais do III Colóquios de Política e Gestão da Educação.* Sorocaba: UFSCar, 2022, p.184-195.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*. Revista Brasileira de Educação,* Campinas, v. 14, n. 40, 143-155, jan./abr. 2009.